

CASAS SENHORIAIS E SEUS INTERIORES EM DEBATE

ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Organização
Ana Pessoa
Marcia Nunes

Casas senhoriais e seus
interiores em debate:
estudos luso-brasileiros

ORGANIZAÇÃO
Ana Pessoa
Márcia Nunes

Casas senhoriais e seus interiores em debate: estudos luso-brasileiros

Fundação  **Casa de Rui Barbosa**

Rio de Janeiro
2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo
Carlos Alberto Gomes de Brito

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Presidente
Letícia Dornelles

Diretor Executivo
Carlos Fernando Corbage Rabello

Diretora do Centro de Pesquisa
Marta Maria Alonso de Siqueira

Chefe do Setor de História
Marcos Guedes Veneu

Chefe do Setor de Editoração
Benjamin Albagli Neto

Fotografia da capa
Edson Silva de Aquino Júnior

Preparação de Texto
Lucas Giron | Tikinet

Projeto gráfico e Diagramação
Nero Corrêa | Tikinet

Ficha catalográfica

Casas senhoriais e seus interiores em debate [recurso eletrônico]:
estudos luso-brasileiros / organização Ana Pessoa; Márcia
Nunes. -- Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa,
2021.
70.204 *Kbytes* ; PDF (704 p.)
ISBN 978-65-88295-10-6

1. Casa senhorial. I. Pessoa, Ana, org. II. Nunes, Márcia, org.

CDD 728.372

Bibliotecária: Letícia Krauss Provenzano - CRB-7/6334

Fundação Casa de Rui Barbosa
Rua São Clemente 134, Botafogo
22260-000, Rio de Janeiro, RJ
www.casaruibarbosa.gov.br

Sumário

Apresentação	8
I. Proprietários, mecenas e artistas: vivências e rituais	13
Casa São Roque: enobrecer uma residência simples	14
<i>Domingos Távares</i>	
A casa senhorial urbana de Sebastião de Barros Silva em Limeira-SP	33
<i>Renata Baesso Pereira</i> <i>Ana Clara Lambert Rodrigues</i>	
Sobre baronesas, pincéis e decoração: Francisca Breves, a baronesa de Guararema	54
<i>Ana Pessoa</i> <i>Ana Lúcia Vieira Santos</i> <i>Douglas Fasolato</i>	
Entre dois mundos: casas rurais e urbanas da família Carneiro Leão	73
<i>Ana Lúcia Vieira dos Santos</i> <i>Ana Pessoa</i> <i>Douglas Fasolato</i>	
As origens da Chácara do Paraíso, em Nova Friburgo	90
<i>Carolina de Moraes Calvente</i>	
Arquitetura e vida moderna: casas e palacetes da nova capital de Minas	107
<i>Ricardo Giannetti</i>	
José Sidrim: um senhor das casas senhoriais	124
<i>Ana Léa Nassar Matos</i>	
Grafia dos afetos: cartas a José Sidrim e a relação entre proprietários e construtores na Belém do ecletismo	141
<i>Mateus Carvalho Nunes</i> <i>Pietra Paes Barreto</i>	
Palacete Orlando Lima – Belém-PA	162
<i>Dulcília Maneschy Corrêa Acatuassu Nunes</i>	
Solar Barão de Guajará: de residência de Domingos Antônio Raiol a Instituto Histórico Geográfico do Pará	176
<i>Elna Maria Andersen Trindade</i> <i>Francianny Keyla Cabral Moraes</i>	
Uma residência aformoseada por um bosque: o Palacete Amyntas de Lemos	193
<i>Maria de Nazaré Sarges</i> <i>Luís Augusto Barbosa Quaresma</i>	
II. Identificação das estruturas e dos programas distributivos e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço	208
Espaços do feminino na casa senhorial: da câmara e do estrado à casa de estrado, casa de lavor e toucador	209
<i>Helder Carita</i>	

Das alcovas à prataria: o programa distributivo original do Palácio Itapura (Campinas-SP, 1883-1902) a partir da análise de inventários	231
<i>Ana Beatris F. Menegaldo</i>	
<i>Renata Baesso Pereira</i>	
Solar Monjardim: da casa colonial à casa-museu – Vitória (ES)	260
<i>Luciana Nemer Diniz</i>	
Morar aristocrático no Flamengo: particularidades da residência	
Martins de Almeida	276
<i>Denise Vianna Nunes</i>	
A casa senhorial do Engenho Murutucu: análise tipológica e morfológica e a essência reconhecida nos desenhos de Serlio e Palladio	290
<i>José Marques Morgado Neto</i>	
<i>Fernando Luiz Távares Marques</i>	
Acessos, circulações e hierarquias: as transformações na compreensão do espaço residencial no Palacete Bolonha	320
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Caroline Meireles F. Rodrigues</i>	
<i>Ailla Caroline de Carvalho Raiol</i>	
Cronologia construtiva e decorativa do Palacete Bibi Costa como expressão do <i>zeitgeist</i> em Belém do Pará	335
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Ronaldo Marques de Carvalho</i>	
<i>Beatriz M. Maneschy</i>	
Classicismo no Solar do Barão do Guamá: estudos de planos e volumes de uma casa burguesa em Belém do Pará	354
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Ronaldo Marques de Carvalho</i>	
<i>Vithória C. da Silva</i>	
Palacete Aurélia Passarinho: o jardim e a moradia	375
<i>Pietra Paes Barreto</i>	
<i>Ana Léa Nassar Matos</i>	
III. A ornamentação fixa: azulejos, tetos, talhas, pinturas, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés/lareiras, janelas, portas, para-ventos e outros bens integrados	389
O ecletismo no Palácio de Landi: análise ornamental e espacial da intervenção de Augusto Montenegro	390
<i>Elna Maria Andersen Trindade</i>	
<i>Mateus Carvalho Nunes</i>	
Parque da Residência: a casa dos governadores do Pará no século XX	411
<i>Edson Silva de Aquino Júnior</i>	
<i>Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes</i>	
O uso do ferro nos palacetes de Belém: Paris N'América, Augusto Montenegro e Parque da Residência	423
<i>Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes</i>	

O ornamento na pintura decorativa oitocentista fluminense	438
<i>Ana de Paula Tôrem</i>	
Um olhar investigativo sobre pinturas parietais de casa senhorial da Campanha Gaúcha	452
<i>Mônica de Macedo Praz</i>	
<i>Carlos Alberto Ávila Santos</i>	
Papel de parede e as casas senhoriais: a Casa da Hera como exemplo	472
<i>Carlos Gonçalves Terra</i>	
<i>Katia Maria de Souza</i>	
IV. O equipamento móvel nas suas funções específicas e suas relações com o espaço; o conjunto e as circulações das peças; a atmosfera do lugar	486
A heráldica e a aristocratização dos ambientes em Portugal nos séculos XVIII a XX	487
<i>Gonçalo de Vasconcelos e Sousa</i>	
Viver com arte: decoração e coleções nos interiores das casas senhoriais de fins do século XIX em Portugal e Brasil	505
<i>Marize Malta</i>	
Uma viagem pelos interiores senhoriais do Brasil através do mobiliário do Museu Casa da Hera	529
<i>Katia Maria de Souza</i>	
<i>Andreia Maria da Silva</i>	
Trazendo o mundo para dentro de casa: a Casa Museu Eva Klabin no Rio de Janeiro	546
<i>Ruth Levy</i>	

A casa senhorial urbana de Sebastião de Barros Silva em Limeira-SP

*Renata Baesso Pereira*¹

*Ana Clara Lambert Rodrigues*²

A FORMAÇÃO URBANA DE LIMEIRA: DE POUSO A CIDADE

A origem da cidade de Limeira-SP está ligada a um pouso de tropeiros, o Rancho da Limeira, ao longo da estrada que levava a Cuiabá. As notícias do estabelecimento desse pouso são anteriores a 1780. Posteriormente, se estabelece um povoado próximo ao Morro Azul, em terras do capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos,³ que, na época, estavam inscritas no termo da Vila da Constituição, atual cidade de Piracicaba.⁴

O ciclo paulista da cana-de-açúcar, no final do século XVIII, possibilitou o desenvolvimento econômico do povoado, que ganhou relevância na escala regional a partir da produção açucareira. Segundo o historiador Reynaldo Kuntz Busch,⁵ foram encontradas nove cartas de sesmarias concedidas entre 1799 e 1821. Entre as principais sesmarias que deram origem ao povoado, a sesmaria do Morro Azul foi importante não apenas para o desenvolvimento produtivo da região, mas também pelo desenvolvimento demográfico, potencializando também o surgimento de futuros ciclos econômicos.

Com o crescimento do povoado e a construção de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, os moradores decidem pleitear sua elevação ao estatuto de freguesia, que foi aprovada no Conselho Geral e pelo presidente da província de São Paulo e sancionada pelo imperador dom Pedro I, em 1831.⁶

Com a fixação dos limites da paróquia pelo Bispado de São Paulo, era necessário oficializar a doação de terras e formar o patrimônio religioso. A doação coube ao capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos, dono de engenhos de açúcar e proprietário das terras onde a capela de Nossa Senhora das Dores de Tatuí foi construída. A escritura foi lavrada na sede da fazenda Ibicaba, de propriedade do senador Nicolau de Campos Vergueiro,⁷ em 1832. No momento de instalação da freguesia, definiu-se também o traçado urbano na forma da quadrícula. O senador Vergueiro foi o responsável por dirigir os trabalhos de arruamento da freguesia.⁸

Além de ter sido responsável por dirigir os trabalhos do traçado urbano da freguesia, o senador Vergueiro foi uma figura de extrema importância para

a sua organização, impulsionando seu desenvolvimento e organização política, sendo possível assim pleitear sua elevação ao estatuto de vila:

A Assembleia aprovou a criação do novo município e o Presidente da Província, José da Costa Carvalho, decretou a elevação da freguesia a vila através da Lei 25, de 8 de março de 1842, desmembrando-a de Constituição (Piracicaba) e subordinando a ela as freguesias de São João do Rio Claro e Pirassununga. Menos de um mês antes, em 5 de fevereiro, a vizinha Vila de Campinas recebia o status de cidade.⁹

No final do século XVIII, são plantados os primeiros cafezais no Vale do Paraíba. A introdução da cafeicultura em terras paulistas foi gradativa e o cultivo se expande em direção ao centro-oeste, dirigindo-se para Campinas, Limeira e Rio Claro, por volta da década de 1830.

Estimulados pelos altos preços do café nos mercados internacionais e pela abertura da estrada até Campinas, os fazendeiros de Limeira, pouco a pouco, vão substituindo a produção de cana-de-açúcar dos grandes engenhos pela produção de café. As fazendas de café em Limeira se originam, portanto, da concessão de sesmarias e de sucessivos desmembramentos por herança ou compra. Na década de 1840 o café já era o principal produto da região.

Com a substituição da mão de obra escrava pela dos imigrantes europeus, novas técnicas de cultivo e beneficiamento foram introduzidas nas fazendas de café, pioneiras no processo de “industrialização”. As oficinas da fazenda Ibicaba, por exemplo, forneciam máquinas e instrumentos para toda a região, posto que muitos imigrantes que ali trabalhavam não tinham vocação agrícola, mas eram excelentes artesãos.

O sistema de “parceria” implantado inicialmente pelo senador Vergueiro na fazenda Ibicaba, entre os anos de 1847 e 1857, trouxe várias famílias de origem portuguesa, alemã, suíça e belga, conferindo à região o atributo de “berço da imigração europeia de cunho particular”, empreendimento que deu início à preparação do estado de São Paulo e do Brasil para a substituição do braço escravo pelo livre.¹⁰

O sistema estabelecia o financiamento dos custos da viagem dos imigrantes para o Brasil e a quitação das dívidas por meio de sua mão de obra nas lavouras. Portanto, ao chegar ao país, o colono trabalhava até isentar suas dívidas e tinha, em tese, uma participação nos lucros da produção. A partir do sistema implantado por Vergueiro, a família Levy, que posteriormente se tornará proprietária da casa senhorial estudada no presente trabalho, chega ao Brasil.

O ciclo do café possibilitou o desenvolvimento agrícola e industrial da região. Em 1863, com o enriquecimento trazido pelo café, Limeira conquista os foros de cidade.

FAMÍLIA, CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E RIQUEZAS: OS BARROS E OS LEVY

A partir dos livros de genealogia brasileira e da análise dos fundadores da cidade de Limeira elaborada pelo historiador Busch,¹¹ foi possível construir a árvore genealógica das famílias Barros e Levy, entendendo seu papel econômico e social na cidade.

A família Barros foi de extrema importância para a formação e desenvolvimento do núcleo urbano que futuramente viria a ser a cidade de Limeira. Bento Manoel de Barros, titulado como barão de Campinas, recebe uma sesmaria na encosta do Morro Azul, onde instala o seu sítio em 1822.

Bento Manoel de Barros foi um dos principais agricultores de Limeira, participando ativamente da economia, da política e do desenvolvimento do município, tanto no âmbito rural como no urbano. Foi um dos fundadores da confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, responsável pela edificação de uma ampla igreja que chegou a funcionar como matriz provisória da cidade.

Seu neto, Sebastião Barros Silva, deu continuidade à hegemonia da família no município. A partir do desmembramento por herança da sesmaria inicialmente pertencente a seu avô, o barão de Campinas, Sebastião Barros Silva funda a fazenda Itapema,¹² tornando-se também um agente influente na economia e no desenvolvimento da cidade. Como forma de reafirmação da hegemonia da família Barros na cidade de Limeira, Sebastião Barros Silva edifica seu palacete no mesmo largo onde seu avô promoveu a construção do templo da confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção.

A partir da análise da genealogia, foi possível constatar o casamento consanguíneo entre os primos Sebastião Barros Silva e Gertrudes Alves Aranha. Esse tipo de matrimônio sintetizava não apenas uma comunhão entre duas pessoas, mas também um mecanismo econômico, de concentração fundiária. Costume muito comum na época, era utilizado como meio para garantir a hegemonia econômica, política e social das grandes teias clânicas.

Os Levy são uma família de imigrantes alemães que chegam na terceira leva de trabalhadores, contratados pelo senador Vergueiro, para trabalhar na fazenda Ibicaba. Em 1871, deixam a Ibicaba e se estabelecem comercialmente em Limeira. Com o capital proveniente do comércio, tornam-se acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e fundam a casa bancária Levy & Irmãos. Com os lucros adquiridos de empréstimos e hipotecas, tornam-se abastados capitalistas e proprietários de importantes imóveis da região, tais como a casa senhorial urbana, objeto deste estudo, e a fazenda Itapema, propriedades anteriormente pertencentes a Sebastião Barros Silva.

Ademais, é notória também a relação entre as famílias Barros e Levy, não apenas pela aquisição das propriedades rurais e urbanas de Sebastião Barros Silva pelos Levy, mas também pelo casamento entre Ana Carolina de Barros e o major Levy Sobrinho, que se tornou importante comerciante, administrador e político para na cidade de Limeira.

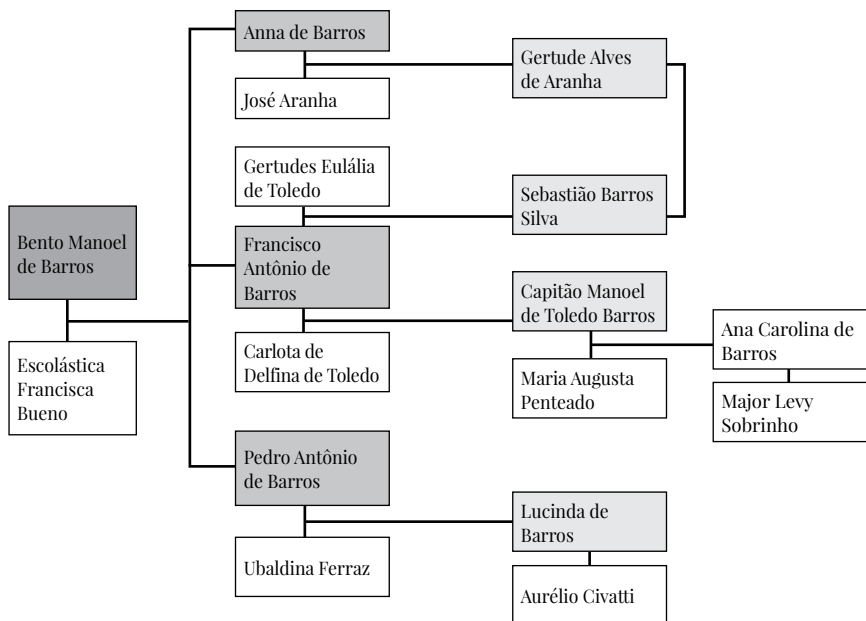


Figura 1 – Árvore genealógica da família Barros. Fonte: elaborada pelas autoras.

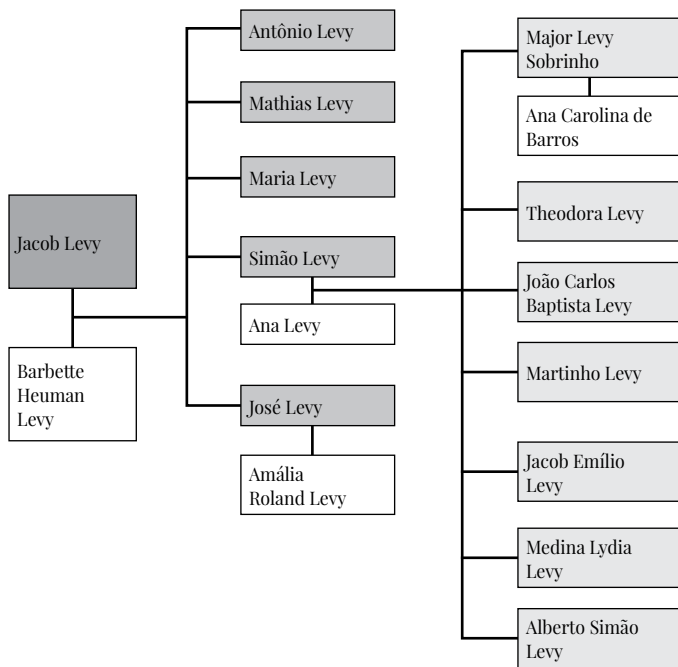


Figura 2 – Árvore genealógica da família Levy. Fonte: elaborada pelas autoras.

A CONSTRUÇÃO DA CASA URBANA DE SEBASTIÃO BARROS SILVA E A TRAJETÓRIA DE AURELIO CIVATTI, O PRÁTICO LICENCIADO RESPONSÁVEL POR SUA EDIFICAÇÃO

Com os lucros obtidos pela comercialização do café, os grandes proprietários de terras de Limeira buscam edificar suas residências urbanas nas proximidades dos edifícios mais importantes da cidade. A localização dessas casas senhoriais – nos principais largos da cidade, como o largo da matriz de Nossa Senhora das Dores, e o largo da Boa Morte, criado a partir da edificação da igreja da confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção – estava relacionada às estratégias de afirmação do poder e da hegemonia das famílias.

O largo da igreja matriz de Nossa Senhora das Dores está ligado à gênese do núcleo urbano de Limeira e nele foram edificadas as primeiras residências. A vida urbana no período imperial se dava a partir da existência de um comércio voltado para suprir as necessidades de abastecimento e troca de mercadorias entre fazendeiros e viajantes. Assim, a mancha urbana da vila se configurava com residências acanhadas e concentradas ao redor da igreja matriz.

Os mais importantes membros da elite local da época fundam a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, que posteriormente é elevada a confraria, afim de edificar a nova sede própria. Em 1867 a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção é inaugurada, duas quadras acima da igreja matriz de Nossa Senhora das Dores. Com o crescimento da cidade, na segunda metade do século XIX, as elites locais avaliam que o então edifício da igreja matriz não conseguia mais comportar o número de fiéis e inicia-se um processo de reforma do templo entre 1868 e 1876. A partir daí a sede da Igreja Católica do município se transfere, provisoriamente, para a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção.

O protagonismo, mesmo que provisório, do templo da confraria, que contava com uma exímia beleza e qualidade arquitetônica, confere ao largo da Boa Morte um novo papel no espaço urbano e este passa a ser também um outro local conveniente para que a aristocracia de terras edifique suas residências urbanas.

A casa senhorial urbana de Sebastião Barros Silva foi concluída em 1881, entre a rua da Boa Morte e a rua da Limeira, em frente à igreja da confraria fundada por seu avô, o barão de Campinas, refletindo a afirmação do poder da família Barros na cidade. Para sua edificação, foi contratado o prático licenciado italiano Aurelio Civatti (Florença, 1837-Itápolis, 1917), que já havia sido responsável por dirigir os trabalhos de edificação da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção.

A pesquisa sobre a trajetória de Aurelio Civatti e seu papel na construção do palacete de Sebastião de Barros Silva foi pautada, principalmente, em notícias de jornais de época. Nos arquivos da cidade de Limeira não foram encontrados desenhos do palacete de Sebastião Barros Silva, de autoria de Civatti, ou outros documentos que o relacionem à construção da casa.

A data exata em que Aurelio Civatti chega a Limeira não foi encontrada, mas as primeiras notícias que o relacionam à cidade são as de sua contratação, em 1862, para executar um retrato a óleo de Bento Manoel de Barros, fundador da confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção e patrocinador da construção de sua igreja:

Diversos habitantes desta cidade e seu município entraram em um acordo, e deram ao sr. Aurelio Civatti a quantia de 600\$000 rs. para ele mandar tirar a óleo o retrato do sr. Bento Manoel de Barros; por essa razão acha-se entre nós um dos hábeis desenhistas do “Cabrião” já tirando o retrato do fundados da igreja da Boa-Morte, cujo retrato é para ser collocado na mesma igreja. O sr. Bento Manoel, é digno de surpresas desta ordem.¹³

Aurélio Civatti foi contratado como entalhador e diretor dos trabalhos nas obras, patrocinadas por Bento Manoel de Barros, da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, inaugurada em 1867.¹⁴ O fato é noticiado no jornal *O Cabrião*¹⁵ de n. 45, que apresentamos nas Figuras 5 e 6. A notícia descreve Aurélio Civatti como: “habilíssimo entalhador, que além dos serviços de sua arte, ainda prestou à construção do edifício a alta direcção architectonica, em que sahio-se muito bem, embora nunca blazonasse de engenheiro architecto”.¹⁶

Na segunda metade do século XIX, profissionais do campo da construção civil, em grande parte imigrantes, encontram no interior paulista um mercado emergente que apresenta novas demandas e exige a presença de profissionais qualificados. Pareto Júnior aponta a importância de dar luz à trajetória desses profissionais, designados por ele como “práticos licenciados”, ou seja, “construtores sem ensino superior, habilitados pelo poder público e reconhecidos como competentes para a prática de arquitetura”,¹⁷ cuja produção arquitetônica “não pode ser entendida de maneira alguma como ‘arquitetura menor’, ou simples pastiche de modelos advindos da arquitetura eclética erudita europeia”.¹⁸

Pela sua trajetória, Aurelio Civatti pode ser enquadrado como um prático licenciado. Certamente o prestígio que conquistou dirigindo os trabalhos da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção o tornou célebre entre os membros da aristocracia de terras do interior paulista. Na matéria veiculada no *Cabrião*, destaca-se sua competência na direção das obras da igreja, mas coloca-se também uma questão de gosto. O imigrante seria um dos responsáveis pela introdução de um gosto renovado na arquitetura de Limeira:

Aurelio Civatti fez de sua magnífica obra um protesto vivo contra as miserandas cousas que n’esse sentido ha por toda a província; a qual riquíssima de meios, sempre vê inutilmente desperdiçados centenas de contos de reis em obras que são entregues (por patronato e milhares de motivos rotineiros) à incompetentes e inhabeis administrações, e que por tal razão ficão sendo grotescos e monstruosos testemunhos do nem um gosto e nem um criterio com que são entre nós tratados taes assumptos.¹⁹

Durante as obras da igreja da Boa Morte, Aurelio Civatti casa-se com Lucinda de Barros, filha de Pedro Antonio de Barros e neta, portanto, de Bento Manoel de Barros, o barão de Campinas. Sebastião Barros Silva confiou então nas habilidades do prático licenciado, que além de ter prestado excelentes serviços ao seu avô, já fazia parte da família Barros (ver na Figura 2 a genealogia da família Barros), e o contratou para construir seu palacete urbano.

Alinhado com a tradição construtiva de seu país de origem e com mudanças que estavam sendo introduzidas na legislação construtiva, Aurelio Civatti é um dos responsáveis pela difusão da alvenaria de tijolos como técnica construtiva na cidade de Limeira.

A ascensão social e econômica de Aurelio Civatti é tida como incomum, visto que era um imigrante. O fato de ter chegado ao Brasil já tendo aprendido um ofício em sua terra natal o coloca em uma condição muito favorável para trabalhar para aqueles que detinham poder econômico, no final do século XIX, no interior paulista. Além disso, seu casamento com a neta do barão de Campinas proporcionou prestígio social e acesso a bens de raiz da família Barros que resultam na ascensão atípica e precoce deste imigrante italiano.²⁰

No *Correio Paulistano* encontramos diversas notícias que caracterizam Civatti como um importante fazendeiro em São Carlos-SP, proprietário das fazendas Babylonia e Floresta, bem como de escravos, e acionista da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. “Além de fazendeiro de café, irá atuar na política municipal como vereador nos anos de 1887 a 1891 e na elaboração do projeto de construção da igreja matriz da cidade”.²¹ Em 1883, o mesmo periódico publica uma notícia sobre um pedido do imigrante de se naturalizar como cidadão brasileiro.²²

Uma notícia publicada em 1898 o qualifica como “um italiano que há cerca de dez anos não possuía um vintém e hoje é um homem rico”.²³ Sua fortuna também foi aplicada em serviços urbanos como a concessão para a instalação do serviço de bondes em São Carlos,²⁴ o que demonstra sua total inserção na lógica econômica do interior paulista.



Figura 3 – Retratos de Bento Manoel de Barros, o barão de Campinas, e de Aurelio Civatti, publicados no *Cabrião*, n. 45. Fonte: *Cabrião*, 1866.

Até aqui, os atravessadores abastecido-se dos generos firs das pontes, agora teem elles mais uma oppor-tunidade para isso com a existencia de particulares que se prestão á representa-los na compra e venda dentro do Mercado.

E' preciso que os snrs. Fiscaes mostrem-se zelosos e severos, applicando as penas impostas pelas Posturas aos infractores do Regulamento.

Tudo está no principio.

E' bom não dar ao a que o publico conhece a mer-murar desde logo e com razão.

O YPIRANGA NA REVISTA.—Juntáto-se estes dois arautos da imprensa paulistana e agora o vereda.

A «Revista» com ares de quitandeira de saia curta, carapinha eriçada, mão na cintura e olhos flame-jantes, atira ocos e terra, anathematisando o filho predilecto do Conselheiro Desembargador, o «Ipiranga» destes tempos de miseria e corrupção.

O «Ypiranga» por sua vez arrageinha os dentes, as-sanha os olhos, escancara as fauces e põe-se em atitu-de de fazer frente ao seu adversario.

E' engrasçadissimo!

A «Revista» enfatuada, e prebde de uma importan-ria que não tem, grita, esbraveja e quer levar tudo a ferro e fogo!

O «Ypiranga» nascido hontem e já morto na opi-nião publica, foge de toda e qualquer polemica, temendo que lhe faltem as forças para dar a alma a Deus!

Para a «Revista» só mesmo o «Ipiranga»—A primeira representa o orgulho encascado, o segundo re-presenta o servilismo mascarado.

Ambo florentes etate Arcades ambo!

Aviso.—A bem da sububidade publica e seguran-ça dos cobres, previnimos á policia de que ha em algumas casas de negocio da capital excellente man-teiga posre, vinho arado ou confitado de primeira qualidade, vindo em dizeitura, e outros generos que seria longo indicar.

O CABRIÃO E OS SANTISTAS.—O «Cabrião» é muito grato aos bricões santistas que o tem acolhido com os braços abertos e pagio suas assignaturas pontualmen-te, o que não succede em muitos pontos deste Imperio de vinagras e gauderios.

Assim, o «Cabrião» sente que os santistas se quei-xem (com razão,) da falta do jornal aos Domingos, havendo estrada de ferro que tudo facilita.

O motivo de nem sempre haver pontualidade, é por que o jornal não é lytographado á tempo de poder fa-zer-se sempre a remessa com a regularidade dese-javel.

O «Cabrião» explica-se deste modo, porque pensa que os santistas tem jus á uma explicação.

Desculpem-no pois, na certeza de que elle sabe considerar altamente a sympathy de que o rodeio os nossos caros vizinhos do Itororó.

LITTERATURA MEDICAL.—Recebemos um exemplar do folheto publicado ha poce os dias com esse titulo.

Foi-nos enviado pelo seu autor "Ulrico Zingli," que sempre e sempre mereceo ao "Cabrião" estima e conceito.

O "Cabrião" agradece a mimosa offerta com um abraço.

"Cabrião e Zingli" são dois confrades no officio de dizer verdades, e entendem-se ás leguas na longa es-trada do "ridendo castigat mores"

Para o "Cabrião" Zingli é um companheiro de armas.

Isto é dizer que o "Cabrião" soube apreciar o que ha de bom e interessante no folheto em questião; e que recommenda-o ao publico amador, como digno de ser lido.

Bento M. de Barros e Au-relio Civatti.

Damos n'este numero os retratos de Bento Manoel de Barros e Aurelio Civatti, a quem se deve a cons-trução de um dos mais bellos edificios d'esta pro-vincia.

Figura 4 - Notícia sobre Bento Manoel de Barros, Aurelio Civatti e a construção da igreja da Boa Morte. Fonte: *Cabrião*, 1866.

Este edificio, que está a findar seus ultimos trabalhos complementares, é a Igreja da Boa-Morte da cidade da Limeira edificada toda ella a expensas do fazendeiro d'aquella cidade—Bento Manoel de Barros, e sob a direcção do italiano Aurelio Civatti, habilissimo entalhador, que, alem dos serviços de sua arte, ainda prestou á construcção do edificio a alta direcção architectonica, em que sabio-se muito bem, embora nunca blazonasse de engenheiro architecto.

Não temos espaço para dar ao publico a descripção completa das bellezas do edificio, tal como nos foi dada por um artista entendido na materia. O que podemos asseverar é que, em relação ao bem acabado e bello da architectura, não tem igual entre os edificios do mesmo genero na provincia, assim como o que respeita aos primorosos trabalhos de entalhe e mais decorações.

Aurelio Civatti fez da sua magnifica obra um protesto vivo contra as miserandas cousas que n'esse sentido ha por toda a provincia; a qual riquissima de meios, sempre vê inutilmente desperdigados centenaes de contos de rs. em obras que são entregues (por patronato e milhares de motivos rotineiros) á incompetencia e inhabeis administrações, e que por tal razão ficão sendo grotescos e monstruosos testemunhos do nem um gosto e nem um criterio com que são entre nós tratados taes assumptos.

O Fazendeiro Bento Manoel de Barros está relacionado á obra referida por um outro lado.

Esse, no leuavel empenho de vir com sua fortuna em beneficio de sua terra, concorreu com avultadas quantias para a feitura de uma igreja que fosse digna da florecente cidade em que reside.

Consta-nos que n'esta e em outras obras, feitas em beneficio publico, tem elle gasto até o presente para mais de trezentos contos.

E' sem duvida um cidadão benemerito de seu país.

N'esta quadra em que o governo brasileiro baixou o cambio das commendas e condecorações ao nivel da fortuna de todos os vaidosos, Bento Manoel de Barros ainda tem a virtude de não ser condecorado. Cidadão limpo de mequinhas ambições, ha sempre feito do trabalho, da honra e do civismo seus unicos braços.

E são os legitimos. São os que a sociedade venera o respeita com sinceridade.

FIDALGUAS

Aos habitos ás commendas,
Toda a gente hoje faz jus,
Todos querem ter fitinha,
Ser cavalleiro, grã-cruz.

A familia dos fidalgos
Tem crescido até mais não;
Já não ha na terra um homem
Que não tenha o seu braço.

Quem é aquelle sujeito
Que ali vai? pergunta a gente:
—É fidalgo, meu senhor!
Dizem logo promptamente.

—Fidalgo?—nós retrocamos,
A' remisar o sandeu;
Fidalgo, sim meu senhor,
F'ra só-lo Jous negros deu!

—E aquelle outro que passa
Tão lesto tão prazenteiro?
—Aquelle?—deu um só negro,
E' um christão cavalleiro

—E aquelle ainda que vejo
O largo, agora cruzar?
—Aquelle não tinha negros
Mas andou gente á pagar!

Então não teve commenda,
Ficou plebeu como era?
—Por hora ainda não teve
Mas logo vem:— elle espera.

Pelo que me diz meu amigo,
Só nós não temos fitinha!
Nós é scizia—o senhor
Eu posso mostrar-lhe a minha.

De firma que actualmentes,
Nesta brazilez nação,
Só não tem cousa fidalga
O pobre do «Cabrião.»

Lithotype de H. Schroeder.

Figura 5 – Notícia sobre Bento Manoel de Barros, Aurelio Civatti e a construção da Igreja da Boa Morte. Fonte: *Cabrião*, 1866.

A CONSTRUÇÃO DA CASA URBANA DE SEBASTIÃO BARROS SILVA E SEUS USOS AO LONGO DO TEMPO

Originalmente, a casa ocupava toda a quadra, contando com um amplo jardim ornamentado por palmeiras imperiais, pomar e cocheiras, destacando-se das outras residências próximas. No 1º Cartório de Registros de Limeira, localizamos a certidão, datada de 1878, da compra de uma chácara por Sebastião Barros Silva, onde mais tarde será edificado seu palacete:

Chácara a Rua da Boa Morte – Freguesia do imóvel N. S. das Dores de Limeira – contendo casas de vivenda, olaria, forno e seus pertences, uma pequena casa destinada para despejos, estrebaria, pastos, pomar, terrenos cultos e incultos, confrontante/com a referida Rua Boa Morte em toda sua extensão por uma taipa, e pelo lado de cima com proprietários.

De acordo com Reis Filho, as chácaras eram um tipo de habitação situado nas periferias dos centros urbanos, que reuniam as vantagens da proximidade do núcleo urbano com as facilidades de abastecimento e dos serviços das casas rurais. Essa foi a solução preferida pelas famílias abastadas no Império e na Primeira República.²⁵ Essas propriedades eram formadas por extensas porções de terras, com a presença de pomares, plantações e benfeitorias necessárias ao abastecimento da família, associadas às luxuosas residências com programas adequados ao convívio urbano. A partir do limite dessas chácaras, encontravam-se as fazendas e os sítios destinados à produção agrícola.²⁶

De acordo com Pires:

a existência de chácaras denunciava a precariedade das soluções da habitação urbana, como os problemas do abastecimento que a tendência monocultora impunha às cidades. Por meio da criação de aves e porcos, dos pomares e das hortas e aproveitando-se da presença de cursos d'água, a chácara apresentava as vantagens de se morar na cidade sem abdicar das prerrogativas rurais. O afastamento espacial em que ficavam os moradores eram considerados não como um desligamento dos centros urbanos, mas como uma medida de conforto.²⁷

A chácara no largo da Boa Morte atende à família de Sebastião Barros Silva no sentido de distanciá-los dos problemas de salubridade e abastecimento, pois, na segunda metade do século XIX, a cidade de Limeira ainda carecia de sistemas eficientes de coleta de esgoto, de abastecimento de água canalizada, de recolhimento de lixo, de iluminação pública e manutenção dos leitos carroçáveis das vias.

Em 1878 já havia sido construída a primeira residência no largo da Boa Morte, a casa de Ezequiel Ramos, e havia também a presença de outras chácaras no perímetro do largo, muitas delas contando ainda com atividades primárias. Entre 1880 e 1892, o largo da Boa Morte se destacava pela

localização da mais bela igreja e dos mais requintados palacetes da cidade, entre os quais podemos elencar as residências de Ezequiel de Paula Ramos, de Sebastião Barros Silva e do coronel Leite do Canto.



Figura 6 – Imagem mostrando o jardim do palacete e caracterizando-o como uma chácara urbana.
Fonte: Museu Histórico Pedagógico Major José Levy Sobrinho.

Na primeira década do século XX, a família Barros Silva se envolve em problemas financeiros e para quitar seus débitos entrega os bens imóveis rurais e urbanos à Casa Bancária Levy & Irmão, fundada pela família de imigrantes alemães. A transcrição da certidão encontrada no 1º Cartório de Registros de Imóveis de Limeira possibilitou um melhor entendimento do edifício, no momento em que passou a ser propriedade da família Levy:

um palacete assobrado, construído de tijolos, na rua Alferes Franco nº 19 (Largo da Boa Morte) canto da rua desta última denominação, tendo a entrada principal, com escadaria de mármore e seis janelas para a Rua Alferes Franco (Largo da Boa Morte), vinte e seis claros para a Rua Boa Morte, dos quais uma porta e dez janelas no pavimento superior, todo forrado e assoalhado com o respectivo quintal que vai desde o Largo da Boa Morte até a Rua Santa Cruz. Todo fechado a muro de tijolos nas Ruas Boa Morte e Santa Cruz (onde existem três portões) e pelo lado de cima, pelo qual confronta com propriedade de Lucas de Alvarenga Freire e com Herdeiros de Antonio Pacheco do Amaral e fechado a gradil de ferro pelo lado da Boa Morte tudo no valor de 50:000\$000.

O palacete foi propriedade da família Levy entre 1903 e 1939. Durante esse período, a casa urbana foi sede da firma J. Levy & Irmão, uso mantido até o ano de 1915, quando passou a ser propriedade do coronel José Levy.

No dia 15 de janeiro de 1923, o palacete foi palco de uma das mais belas festas da cidade, o aniversário de 60 anos da sobrinha de Sebastião Barros, dona Cândida Virgínia de Barros. A festa foi organizada por membros das famílias Barros e Levy, que na época já haviam estreitado laços por casamento, o que nos indica a relação entre seus membros não apenas no que se refere ao palacete, mas também na vida social da cidade de Limeira.

Em 15 de novembro de 1925, data em que se comemorava o 26º ano da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, ocorre a inauguração do Conservatório Musical Carlos Gomes no edifício. Assim, Martinho Levy confere ao palacete um novo uso institucional, e cria ali o que viria a ser um dos principais conservatórios musicais do Estado de São Paulo. A imprensa local destacava a qualidade dos diversos cursos ofertados pelo conservatório:

o Instituto tornou-se um sucesso. Cursos de Piano, Harmonium, canto, violino, viola, violoncelo, todos os instrumentos de Orquestra, Curso superior, Harmonia, Contraponto e Composição e Curso de Declamação eram ministrados por um corpo docente de extrema competência, atraindo um número elevado de jovens, aumentando assim seu corpo discente. Embutidos pelo espírito de beleza e do entusiasmo pela música erudita.²⁸

O conservatório, após anos de ensino de música clássica, fecha suas portas em meados dos anos 1930. Muitos autores relacionam o fim do Conservatório Musical Carlos Gomes com a crise econômica decorrente de problemas com a exportação do café após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Como consta nos registros de imóveis pesquisados, anos mais tarde, o coronel José Levy faz doação do imóvel para três de seus filhos e dois de seus netos. Mais tarde, o palacete é cedido para residência do procurador do estado de São Paulo. Nesse período, a extensão do lote já estava reduzida em relação à original, contudo ainda era possível identificar um amplo jardim e espaços para a criação de animais. No decorrer do tempo, houve diversos desmembramentos dos jardins e pomares do palacete, e hoje ele encontra-se rodeado de edifícios, tendo perdido suas características originais de sede de uma chácara.

Em 1939, os proprietários doam o imóvel para a Santa Casa de Misericórdia de Limeira, que o vende, em 1945, para a firma Zaccaria & Cia. A partir de então, o palacete passa a abrigar a sede administrativa dessa empresa, cujos escritórios funcionavam no prédio original e em barracões que foram construídos posteriormente. A partir daí, ocorrem as principais mudanças na estrutura do edifício e na forma de ocupação do lote, com a implantação de um barracão no que era até então o jardim anexo ao palacete.

Em 1965, o palacete é vendido para a empresa Predial Limeirense Sociedade Civil Ltda., e posteriormente, com a dissolução desta, para a empresa Oliveira Camargo Ltda. Assim tivemos três usos empresariais conferidos sucessivamente ao edifício, o que implicou alterações em seu programa original e na sua estrutura, como a construção de uma caixa d'água, que pode ser observada na Figura 7.



Figura 7 – Vista aérea do largo da Boa Morte e do palacete (no canto superior esquerdo da imagem) quando este pertencia à firma Machina Zaccaria. O volume da caixa d'água pode ser observado. Fonte: Museu Histórico Pedagógico Major José Levy Sobrinho.

Parte das dependências, construídas em torno do palacete, é demolida e toda área é desmembrada em três lotes, dentre os quais, um de 441,08 metros quadrados e outro de 539,10 metros quadrados, que foram vendidos para outras empresas. Diante desse fato, a propriedade perde sua composição antiga, sendo fracionada para atender as exigências das empresas, notando-se total despreocupação com a preservação de suas estruturas originais. Por fim, um terceiro lote remanescente, com área 934,25 metros quadrados, contendo o palacete, foi doado pela Oliveira & Camargo Ltda. ao município de Limeira, em cumprimento a um decreto municipal que reconhece o palacete como patrimônio público e histórico.

Entre os anos de 1994 a 1995, o edifício passa por seu primeiro processo de restauração, realizado por uma empresa de São Paulo que fora contratada pela prefeitura municipal a partir do desejo de transformá-lo em centro cultural. Em 2005, o edifício é tombado pelo Conselho Municipal de Defesa de Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira (Condephali), órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural e arquitetônico.

Quatro anos depois, o palacete passa por um novo processo de restauro e, a partir de então, passa a abrigar a Secretaria de Cultura do município.



Figura 8 – Linha do tempo demonstrando o histórico da casa senhorial urbana de Sebastião Barros Silva. Fonte: elaborada pelas autoras.

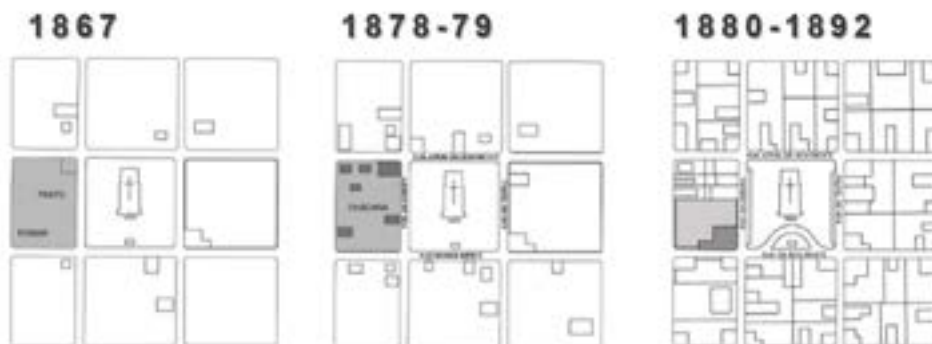


Figura 9 – Evolução do largo da Boa Morte. Fonte: elaborada pelas autoras.



Figura 10 – Imagem externa do palacete nos dias de hoje. Fachada com acesso principal, voltada para a rua da Limeira e fachada mais extensa, voltada para a rua da Boa Morte. Fonte: acervo pessoal das autoras.

A CASA URBANA DE SEBASTIÃO BARROS SILVA: ANÁLISE DO PROGRAMA FUNCIONAL E DAS CARACTERÍSTICAS FORMAIS

Nenhum desenho ou projeto original do Palacete de Sebastião Barros Silva foi encontrado durante a pesquisa, portanto, a análise de suas características formais foi feita a partir de documentação primária como artigos em jornais de época, registros fotográficos e também a partir de levantamentos *in loco*. Formulamos uma hipótese do programa funcional original da casa a partir da interpretação de elementos decorativos internos, sobretudo os pisos e forros que se conservaram e também a partir da comparação com outras casas senhoriais construídas por membros de uma elite ligada ao café em cidades paulistas no mesmo período.²⁹

A casa senhorial urbana de Sebastião Barros Silva foi implantada no alinhamento do lote, em uma das esquinas do largo da Boa Morte. O edifício se apresenta no espaço urbano como um volume compacto, formado por duas fachadas perpendiculares, contudo ele é composto por um volume quadrado ao qual se junta um volume retangular nos fundos. A casa possui dois andares e, em função da declividade do terreno, o pavimento inferior tem pé-direito variável. Na parte frontal da casa, voltada para a rua da Limeira, o pavimento inferior tem pé-direito com altura suficiente apenas para cumprir a função higienista de porão ventilado, elevando a residência do solo. Já na fachada mais extensa, voltada para a rua da Boa Morte, o pavimento inferior tem pé-direito bem mais alto, contando com acessos diretos para a via. Nossa hipótese é que, nessa parte da residência, o pavimento inferior foi utilizado não apenas para abrigar escravos domésticos e depois a criadagem, mas era também a parte da casa onde os negócios do proprietário original eram tratados, uma vez que a fachada lateral possui uma imponente porta de acesso.

A forma do edifício reflete o conhecimento dos elementos da linguagem clássica da arquitetura por parte de seu construtor, o entalhador e prático italiano Aurelio Civatti. As fachadas expressam de forma clara que a casa se organiza a partir de um pavimento térreo e de um pavimento nobre, de pé-direito mais alto, coroado pela platibanda ornamentada. As fachadas do edifício têm uma composição simétrica e são ritmadas por pilastras com capitéis ornamentados e pelas envasaduras posicionadas entre elas. A platibanda se destaca também por sua rica e exuberante ornamentação, obedecendo ao ritmo dado pelas pilastras do pavimento nobre.

Na fachada principal, voltada para a rua da Limeira e para o largo da Boa Morte, a entrada principal, centralizada, se destaca pela presença de duas colunas com capitéis de ordem coríntia e pelo frontão em arco abatido. A porta principal também conta com uma bandeira em ferro e na soleira estão colocadas as iniciais de Sebastião Barros Silva. Nessa fachada estão dispostas, de maneira simétrica em relação ao eixo da porta principal, seis janelas com caixilhos de madeira, bandeiras fixas e vidraças.

A fachada lateral, voltada para a rua da Boa Morte, é mais extensa e tem seus elementos articulados a partir do eixo de simetria, no qual está o acesso externo ao pavimento térreo. Esse trecho da fachada é marcado pela presença do frontão triangular, ligeiramente avançado, que se apoia em quatro pilastras, e pelas três

portas-balcão que se abrem para a ampla sala de jantar da residência. Nessa fachada, envasaduras, pilastras e compoteiras da platibanda se articulam a partir do ritmo 2:3:3:3:2.

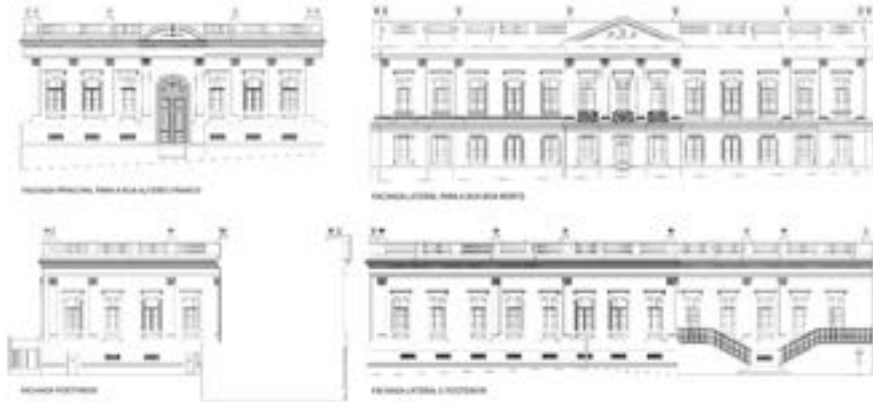


Figura 11 – Fachadas do palacete em seu estado atual. Fonte: elaborada pelas autoras a partir do *Projeto de restauração Palacete Levy: memorial de restauro* (2005), de Juliana B. P. Scariato. Anexos n. 6,7,8,9, Elevações.



Figura 12 – Plantas da casa senhorial urbana de Sebastião Barros. Reconstituição – do programa original. Fonte: elaborada pelas autoras a partir do *Projeto de restauração Palacete Levy. Memorial de restauro* (2005), de Juliana B. P. Scariato. Anexo n. 10 e 11, Planta térreo e pavimento superior.

Como dito anteriormente, a partir de levantamentos *in loco*, da interpretação de elementos decorativos internos, sobretudo os pisos e forros que se conservaram, e também a partir da comparação com outras casas senhoriais urbanas, nossa hipótese é que no pavimento superior da casa estavam os cômodos destinados aos usos sociais e íntimos dessa abastada família. O acesso entre os pavimentos se dá exclusivamente por uma escada externa, localizada junto ao volume retangular, nos fundos com vista para o que foi um amplo jardim lateral. A solução descoberta e desprotegida da escada entre os pavimentos dá a entender que este era um trajeto feito por escravos e criados e muito raramente pela família. Isso também reforça nossa hipótese de que esse volume retangular se caracterizava como um “puxado” que abrigava usos de serviços.

O acesso ao pavimento nobre da residência é feito pela escada na fachada frontal, solucionando o desnível entre os cômodos principais e a rua, e também protegendo a intimidade da família da vista dos passantes. A escada revestida de mármore dá acesso ao vestíbulo, com pisos, paredes e forros ricamente ornamentados, que distribui os fluxos aos dois amplos salões de visitas, dispostos de maneira simétrica e voltados para a fachada frontal. O vestíbulo também dá acesso à ampla sala de jantar, no centro da planta, iluminada e ventilada pelas três amplas portas-balcão. Os salões de visitas e a sala de jantar contam com assoalhos de madeira e forros de madeira ricamente ornamentados, como pode ser visto na Figura 13.

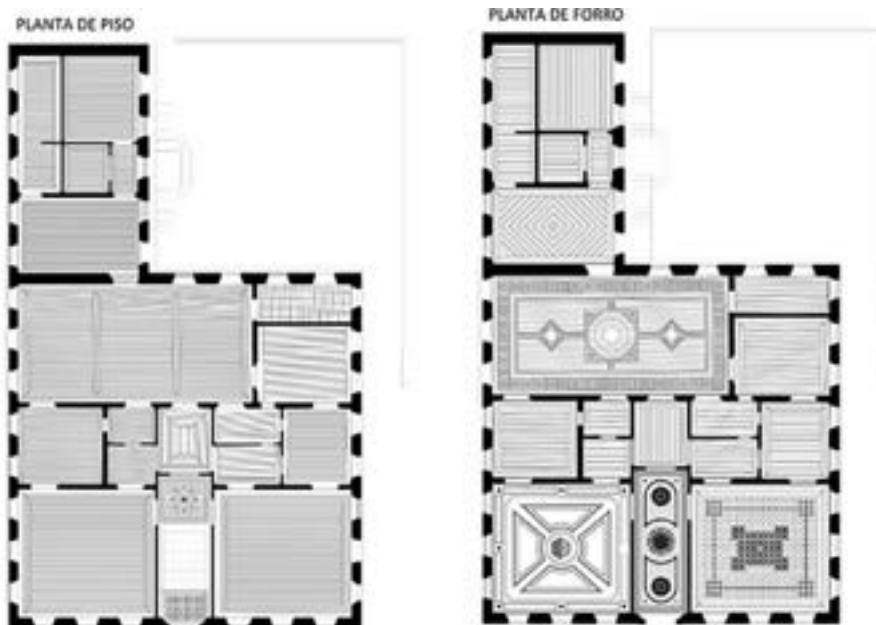


Figura 13 – Plantas de pisos e forros da casa senhorial de Sebastião Barros Silva. Fonte: elaborada pelas autoras a partir do *Projeto de restauração Palacete Levy: memorial de restauro* (2005), de Juliana B. P. Scariato. Anexos n. 3 e 5, planta de piso e forro.

Nossa hipótese é que os cômodos íntimos da casa, compostos por quatro alcovas e três quartos, estejam dispostos em torno da sala de jantar. Nesses cômodos, de dimensões mais singelas, comparadas aos salões, identificamos soluções de forros de madeira mais simples, do tipo saia e camisa. A implantação na esquina e os amplos jardins laterais garantiam a plena iluminação e ventilação ao palacete, de acordo com as normas higienistas então vigentes. Contudo, o costume do repouso nas alcovas ainda se faz presente nas casas senhoriais urbanas do período.³⁰

A ornamentação do palacete se destaca pela sua elegância e seu refinamento, conferidos pelo mesmo construtor prático e entalhador italiano que edificou a exuberante igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, situada à sua frente. Em finais do século XIX, no interior paulista, as técnicas construtivas são aprimoradas pela presença dos imigrantes, que trazem consigo seus conhecimentos de construtores práticos. O barro apiloado é então substituído pela alvenaria de tijolos, técnica construtiva amplamente empregada na edificação dos palacetes da elite ligada ao café. Os antigos beirais de aspecto colonial são substituídos por platibandas ornamentadas com molduras, balaústras, compoteiras e estátuas.

Na construção da residência urbana de Sebastião Barros Silva não foram poupados materiais importados: mármore de Carrara, calhas e condutores de cobre, vidros, cristais, todos os elementos de ornamentação deveriam contribuir para afirmar a posição social e o poder econômico do proprietário.

O pavimento inferior possuía piso em ladrilho hidráulico que foi retirado na última reforma do edifício. O pavimento superior possui assoalho de madeira em todos os cômodos, exceto na parte de serviços. As portas e



Figura 14 – Imagens internas dos amplos salões do palacete. Fonte: acervo pessoal das autoras.

janelas de madeira contam com venezianas e bandeiras de vidro, sendo todas as janelas posicionadas dentro de nichos criados pela movimentação das espessas paredes e marcadas por molduras. No pavimento superior, as portas-balcão possuem parapeitos em gradis de ferro com as iniciais do primeiro proprietário do edifício (S. B. S.). Os amplos salões de visita contam com forros de madeira ornamentados e lustres de cristal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da discussão de um estudo de caso, o palacete de Sebastião Barros Silva, este trabalho buscou destacar a interdependência entre o universo urbano e o rural, na medida em que reflexos do enriquecimento advindo da produção agrícola se manifestam no espaço urbano. Com o objetivo de esclarecer essa relação de interdependência, utilizamos dos métodos da história social, identificando agentes cujas ações se relacionam com a produção dessa casa e cujos interesses implicam a reconfiguração do espaço urbano.

Nesse sentido, a pesquisa considera a casa senhorial urbana de Sebastião Barros Silva como um documento a partir do qual se descortinam ações protagonizadas por agentes diversos. As trajetórias de representantes da família Barros, da família Levy e de Aurelio Civatti se cruzam na construção do palacete. Contudo, buscamos evitar as narrativas laudatórias de memorialistas locais, pois nosso objetivo era construir uma análise crítica, alinhada à perspectiva da história social.

O palacete de Sebastião Barros Silva foi construído nos terrenos de uma chácara, situada entre os limites rurais e urbanos de Limeira, mais um dado que comprova a necessidade de tratar esses dois universos de forma conjunta. Sendo a segunda residência ali instalada, Sebastião Barros Silva escolhe construir seu palacete, com janelas se abrindo para a igreja construída por seu avô, Bento Manoel de Barros – fundador da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte –, reafirmando assim a soberania da família Barros perante toda a cidade de Limeira. A construção do palacete contribui para a urbanização do largo da Boa Morte e para a sua consolidação como um dos locais mais valorizados da cidade, onde outros membros da elite local edificaram suas casas. Ao reconstituir a história da casa, também se reconstitui a história de parte da forma urbana de Limeira.

A modernidade das formas e técnicas construtivas empregadas por Aurelio Civatti no palacete e o requinte dos materiais e da ornamentação atendem aos anseios de refinamento que a condição social da família Barros exigia. A hipótese formulada sobre o que teria sido o programa funcional original traduz o comportamento social de uma família pertencente à aristocracia de terras paulista. Os ambientes sociais da residência revelam o desejo de afirmação da família a partir de práticas modernas. Entretanto, a presença

de alcovas e a ausência de cômodos específicos para asseio indicam a permanência de hábitos arcaicos.

A partir deste estudo de caso, o artigo teve por objetivo compreender como, no final do século XIX, a produção do casario senhorial urbano contribuiu para o embelezamento das cidades do interior paulista e em que medida sua produção obedecia às regras do decoro, em conformidade com a posição social e econômica das famílias proprietárias. O exemplar em questão é fruto de ideias veiculadas em manuais e tratados que circulavam entre práticos licenciados.

NOTAS

- 1 Renata Baesso Pereira é professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP (PUC-Campinas), Brasil, membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Posurb-ARQ/PUC-Campinas, desde 2012) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/PUC-Campinas, desde 2008), lecionando as disciplinas de Arquitetura no Brasil, Urbanismo no Brasil e Tipologia e Forma Urbana. Membro do grupo de pesquisa “História das cidades: ocupação territorial e ideários urbanos”, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas (Ceatec/PUC-Campinas). Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) na área de concentração História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. E-mail: renata.baesso@puc-campinas.edu.br.
- 2 Ana Clara Lambert Rodrigues é aluna da FAU/PUC-Campinas. Bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com pesquisa orientada pela Prof. Dra. Renata Baesso Pereira. Membro do grupo de pesquisa “História das cidades: ocupações territoriais e ideários urbanos” do Ceatec/PUC-Campinas. E-mail: anaclaralambertr@gmail.com.
- 3 Luiz Manuel da Cunha Bastos (Porto, Portugal, 1788-Limeira, 1835) é considerado o fundador de Limeira, por ter erigido a capela de Nossa Senhora das Dores e ter doado uma porção de suas terras para constituir o patrimônio da freguesia, em 1832. BUSCH, Reynaldo Kuntz. *História de Limeira*. 3. ed. Limeira: Sociedade Pró-Memória de Limeira, 2007.
- 4 ROSADA, Mateus. *Sob o signo da cruz: igreja, estado e secularização* (Campinas e Limeira 1774-1939). 2010. 304 f. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. p. 63.
- 5 BUSCH, Reynaldo Kuntz. *História de Limeira*.
- 6 ROSADA, Mateus. *Sob o signo da cruz*, p.64.
- 7 Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Val da Porca, Portugal, 1778 – Rio de Janeiro, 1859). Referenciado pelo título de senador Vergueiro, foi proprietário de terras e político de grande influência. Fundou o engenho Ibicaba, em 1818, passando posteriormente a plantar café na propriedade. A partir de 1840, na fazenda Ibicaba, realizou a primeira experiência particular de imigração de mão de obra assalariada no país, com a contratação de portugueses e depois de alemães, belgas, suíços e espanhóis.
- 8 ROSADA, Mateus. *Sob o signo da cruz*. p. 65-68.
- 9 *Ibid.*, p. 92.
- 10 SCARIATO, Juliana Binotti Pereira. *Caracterização da paisagem cultural da região de Limeira (SP) com base no reconhecimento e valorização do seu patrimônio de engenharia e arquitetura rural*. 2009. 238 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- 11 BUSCH, Reynaldo Kuntz. *História de Limeira*.
- 12 A sede da fazenda Itapema foi construída em 1868 por Sebastião de Barros Silva. O programa completo da propriedade, onde se plantava café, era composto por: casa-sede, terreiros, senzala, tulhas e máquinas para beneficiamento dos grãos. Posteriormente, influenciada pela fazenda Ibicaba, a pioneira em substituir mão de obra escrava pelos imigrantes europeus, os primeiros imigrantes se instauram na fazenda Itapema. Mais tarde, com o endividamento da família Barros Silva, a Casa Bancária Levy & Irmão recebe a fazenda Itapema como quitação de uma dívida.

- 13 *Correio Paulistano*, São Paulo, 1862. Disponível em: <<https://bit.ly/33Bade0>>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- 14 Além de dirigir os trabalhos de construção da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, em Limeira, Aurelio Civatti também participou das obras da igreja Matriz e da igreja de São Sebastião, em São Carlos (SP). ROSADA, M.; BORTOLUCCI, M. A igreja da Boa Morte de Limeira: uma amálgama de conhecimentos forâneos. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 9., 2013. *Atas...* Campinas: Unicamp, 2013. p. 279-286.
- 15 O *Cabrião* foi um periódico publicado na cidade de São Paulo, à época do Segundo Império. Ao custo popular de 5 mil réis, foi o primeiro jornal brasileiro a utilizar a caricatura como forma de sátira política, tendo sido fechado devido às suas críticas ao Império em seus aspectos político, econômico e social. Circulou semanalmente, aos domingos, de 1866 a 1867, totalizando 51 números. Uma versão digitalizada do jornal foi disponibilizada pela Biblioteca Brasileira Mindlin da USP. CABRIÃO. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [São Francisco: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabrião>>. Acesso em: 3 maio 2019.
- 16 SANTOS, Délio Freire dos. *Cabrião*: semanário humorístico editado por Angelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp: Imesp, 2000. p. 359.
- 17 PARETO JÚNIOR, Lindener. *O cotidiano em construção*: os “práticos licenciados” em São Paulo (1893-1933). 2011. 251 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 19.
- 18 PARETO JÚNIOR, Lindener. *O cotidiano em construção*, p. 18.
- 19 SANTOS, Délio Freire dos. *Cabrião*, p. 358.
- 20 CONCEIÇÃO, Carla Fernandes da. *Configuração das elites política e econômica em São Carlos/SP - 1873 a 1904*. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. p. 84-85.
- 21 CONCEIÇÃO, Carla Fernandes da. *Configuração das elites política e econômica em São Carlos/SP*, p. 84.
- 22 *Correio Paulistano*, São Paulo, 1883. Disponível em: <<https://bit.ly/2VsyLkS>>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- 23 SANTOS, Délio Freire dos. *Cabrião*, p. 358.
- 24 SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Lei n. 45, de 27 de março de 1887*. O barão do Parnahyba, presidente da província de S. Paulo, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, decretou e eu sancionei a lei seguinte. São Paulo: Secretaria Geral Parlamentar. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1887/lei-45-27.03.1887.html>>. Acesso em: 3 maio 2019.
- 25 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 28.
- 26 MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes. *Entre o rural e o urbano*: o barão de Itapura como agente modelador da cidade de Campinas, SP (1869-1902). 2019. 291 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019. p. 95.
- 27 PIRES, Mário Jorge. *Sobrados e Barões da Velha São Paulo*. Barueri: Manole, 2006. p. 98.
- 28 SCARIATO, Juliana Binotti Pereira. *Caderno de memórias*. 4. ed. Limeira: Associação Pró-Memória de Limeira: Unigráfica, 2007. p. 119.
- 29 Os trabalhos que fundamentaram essa análise comparativa do programa foram os seguintes: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano*: e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996; LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista*: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999; MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes. *Entre o rural e o urbano*.
- 30 HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano*; LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista*; MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes. *Entre o rural e o urbano*.